

---

## **ESPIRITUALIDADE E AS CONCEPÇÕES SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RECORTES TEMPORAIS\***

---

DOI 10.18224/frag.v29i4.7743

EVERTON NERY CARNEIRO\*\*

FRANCISCA GENY LUSTOSA\*\*\*

*Resumo: a reflexão em foco problematiza, retrospectivamente, a construção e a reconstrução conceitual estabelecida entre espiritualidade, religião e mística, entendendo que esses conceitos fazem parte da estrutura da história da humanidade, relacionando, também, as compreensões e modos de perceber as pessoas com deficiência, assim como alguns aparatos legais e abordagens conceituais e estudos acadêmicos que contribuem para uma reflexão sobre os argumentos em defesa da inclusão de pessoas com deficiência no meio social e educacional. A pesquisa bibliográfica foi o caminho aqui adotado, trabalhando com diferentes áreas do saber, e a categoria de análise adotada para leitura e interpretação das informações foi a análise das práticas discursivas que perpassam os repertórios interpretativos utilizados em determinadas épocas e suas práticas sociais (SPINK, 1999; FOUCAULT, 1996). Após excursionar em torno dos recortes históricos e temporais das relações entre pessoas com deficiência e a espiritualidade na cultura judaico-cristã, posta em diálogo com a trajetória dos paradigmas sociais, pode-se perceber que encontra-se nítido os estigmas reportados à pessoa com deficiência apontando-a como pecadora ou impura, devendo ser punida/afastada do convívio social. O paradigma inclusivo, constructo da sociedade contemporânea, exige uma nova hermenêutica da Espiritualidade!*

Palavras-chave: *Espiritualidade. Pessoas com deficiência. Inclusão.*

**D**iscussões sobre espiritualidade têm assumido uma efervescência, nestes últimos anos, em distintos campos e áreas do conhecimento, chegando, inclusive, ao campo científico. A hermenêutica investigativa desse campo, elevada ao *status* de ciência na

---

\* Recebido em: 02.10.2019. Aprovado em: 05.12.2019.

\*\* Doutorado em Teologia. Mestrado em Teologia. Especialização em Filosofia Contemporânea. Especialização em Ética, Teologia e Educação. Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Licenciatura em Filosofia e Geografia. Bacharelado em Teologia. *E-mail:* ecarneiro@uneb.br

\*\*\* Doutorado em Pedagogia. Mestrado em Pedagogia. Graduação em Pedagogia. *E-mail:* franciscageny@yahoo.com.br

contemporaneidade, busca a interpretação do sentido, dos signos e de seus valores simbólicos, princípios e significações nas esferas das interações e dos contextos socioculturais, notadamente, *para e na* subjetivação dos sujeitos.

No âmbito acadêmico, em prol da cientificidade das investigações, assume-se como alvo de dissensos e tensionamentos, em virtude, principalmente, dos desafios na definição do próprio objeto ou campo do conhecimento, tendo suas conceituações ligadas, de forma mais imediata e restritiva, à religião e aos constructos da religiosidade.

Cabe ressaltar, oportunamente, quando empreendemos, retrospectivamente, a (re)construção conceitual da trajetória da temática em foco, chegamos à relação estabelecida entre espiritualidade, religião(ões) e mística (*muein* em grego), entendendo que esses conceitos não somente acompanham a história da humanidade, como também fazem parte da estrutura íntima dessa história.

Para tratar sobre espiritualidade, entendendo que esta é uma característica fundante do ser humano, inicialmente, passearemos pelos conceitos que se estenderam desde as sociedades primitivas e antigas, passando pela modernidade, até chegarmos à atualidade. Seguidamente, buscamos fazer uma síntese, mas, antes, também entendemos que é preciso separar e discernir, ainda que brevemente, os termos religião e mística e, por assim dizer, seus conceitos e interligações. É sobre tal reflexão que se debruça o texto a seguir, que se propõe a fazer apontamentos, a partir de recortes temporais, historicamente situados, nos quais se inter-relacionam lógicas distintas de espiritualidade e as concepções que as sustentam quanto à formação de concepções e práticas sociais construídas ao longo dos tempos.

A categoria de análise adotada para leitura e interpretação das informações foi a análise das práticas discursivas que perpassam os repertórios interpretativos utilizados em determinadas épocas e suas práticas sociais, visto que compreende “a produção de sentidos também como um fenômeno sociolinguístico” (SPINK, 1999, p. 153).

## BREVES APONTAMENTOS SOBRE ESPIRITUALIDADE E AS FORMAS DE COMPREENDER AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Uma observação inicial a se fazer é a de que compreendemos religião como busca a (re)ligar a consciência pessoal com profundidade; religião é, portanto, um *re-ligar* o “Eu” com os “Outros”; religiar presente com passado; religiar o mundo com a Divindade. Assim, as religiões são instâncias que se propõem a manter, alimentar e transgredir o processo da própria religião - do próprio (re)ligar.

Outra observação a se fazer é a de que parece predominar, de uma forma geral, a compreensão de que a religião e/ou mística nada tem a ver com a política. Nesta perspectiva, existe uma relação com a política, ainda que muitos não a assumam, pois, concordamos que “não há nada mais político do que dizer que a religião nada tem a ver com a política” (DESMOND TUTU).

Trabalhamos aqui a perspectiva de que não existe tal separação, divórcio ou dicotomia entre esses dois constructos; e mais, o entendimento de que a oração é uma ação política.

A mística, independente das religiões, de uma forma geral e cristã, não visa a oferecer uma técnica que leve o praticante às margens nupciais espirituais com a divindade (embora isso possa acontecer). Ela visa, sim, ensinar a amar! E amar é verbo, portanto, uma ação. Toda ação é prenhe de intencionalidades, de atitudes, de valores, de ética(s).

De posse desse argumento, mística e espiritualidade têm a ver com experiências (atitudes) e não com doutrinas. O que seria pertinente compreender nessa relação? Por certo, falar e experimentar a Divindade e a partir da experiência com a Divindade (que envolve responsabilidade e honestidade); falar tocado pela Divindade é falar com o “coração na mão”.

No que se refere à espiritualidade, entendemos que a mesma é a transformação que a mística produz nas pessoas na forma de olhar a vida, no jeito de encarar os problemas e de encontrar soluções, o que, por sua vez, repercutiria na forma de agir (politicamente).

Portanto, a espiritualidade afeta o comportamento humano, quer individual, quer coletivamente. Esforçar-se para captar e sentir a Divindade e decifrar seu desígnio é o que a pessoa espiritual busca fazer. Esta pode dizer: “Mesmo que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu vais comigo” (SALMOS 23). Espiritualidade e mística pertencem à vida, são parte desta, são inerentes à vida, são vida!

Para além das muitas designações, campos semânticos e significações, a mística é experiência das mãos operosas, e isso é um compromisso ético do sujeito com a vida!

Mística e espiritualidade foram apropriadas pelas religiões num processo de domesticação dos indivíduos. E aí fica mais uma compreensão: Falamos à Divindade; falamos sobre a Divindade; temos até um falar com a Divindade, mas somos pouco habilidosos, ainda, em deixarmos a Divindade falar em nós.

Quando se diz na Bíblia (texto que se tornou sagrado, mistério profundo e de espiritualidade singular): “o verbo se fez carne” significa que se fez homem, fraco, que chora, que sofre e se alegra. O Divino se faz ser humano!

Utilizaremos aqui, a título de exemplificação, a espiritualidade de Jesus. O que a caracteriza? A espiritualidade de Jesus é uma experiência de amor; a espiritualidade de Jesus era a de quem gera a vida, principalmente para aqueles que estavam ameaçados em sua vida (que é dom Divino). A espiritualidade de Jesus é uma espiritualidade engajada politicamente!

É sobre essa espiritualidade engajada politicamente que passamos a tratar, dentro de uma perspectiva e tipo de compreensão, onde a realidade do mundo é garantida pela presença do outro, pelo cuidado do outro, sendo esse termo entendido como o próprio ser da existência.

Refletir, aprofundar e trabalhar a temática abordada ao longo deste texto – que é um ponto de partida - é uma tarefa de todos aqueles que lutam para superar o processo de exploração e marginalização de que são vítimas amplas parcelas da sociedade contemporânea. Isto se faz necessário para se romper com o senso comum a respeito das atuais condições de existência das pessoas com deficiência e, assim, elaborando uma visão crítica capaz de não-naturalizar a marginalização de que são vítimas. Desta forma, mesmo que não se supere as atuais condições de exclusão deste segmento social, podem-se apontar possibilidades por onde essa discussão deve trilhar e apontar também alternativas transformadoras.

## SOCIEDADES PRIMITIVAS E ANTIGUIDADE: O MODELO DA RESCENDÊNCIA, MODELO DO EXTERMÍNIO

Nas sociedades primitivas, devido ao caráter cíclico da natureza, totalmente fora do controle dos seres humanos, os deslocamentos de grupos e coletivos de pessoas eram constantes, sem que se pudessem auxiliar aqueles que não se encontrassem em condições de acompanhar o ritmo desse deslocamento. É o que trata Bianchetti (1998, p. 27) quando assinala: “[...] em função desta prática, abandonavam aqueles que não pudessem mover-se com agilidade, ou que tivessem alguma diferença que impedisse sua mudança de um lugar para outro com rapidez”.

Dentre esses abandonados, deixados à margem, encontravam-se as pessoas com deficiência. Esses procedimentos não resultavam de um sentimento de ódio ou desprezo, mas decorria do processo de seleção “natural” a que a humanidade ainda se encontrava submetida. Em tais sociedades, os primeiros humanos sentiram necessidade de explicar fenômenos naturais como a chuva, vento,

eclipses etc. Da mesma forma, queriam entender os acontecimentos como o nascimento e a morte. Realizavam essa necessidade via os mitos. A perspectiva aqui é a da existência de seres mágicos que habitam um mundo distante, fora do alcance dos pés e de mãos operosas que se colocavam em processo de construção do mundo, este criado para além do mundo vivido. Nesse período, o mundo e o estado das coisas eram regidos por uma espiritualidade que se relacionava com os fenômenos da natureza, estando a vida subordinada a tais fenômenos, que são regidos por seres de outra dimensão, em que o mistério é profundo e uma da mística se estabelece, apontando inevitavelmente para algo para além do ordinário, ou seja, o extraordinário.

Nas sociedades escravistas, grega e romana, por sua vez, verificou-se a supervalorização do corpo perfeito, da beleza e da força física, pois estas sociedades se dedicavam predominantemente à guerra, que tinha a finalidade de conquistar escravos e manter a ordem vigente. A espiritualidade, sob a lógica de ordenação do mundo e da vida, de uma forma geral, se vincula não a um além-distante; no caso Grego, ao Olimpo – que fica ali num monte - podendo ser alcançado, mesmo não se sabendo onde é. Não está situado num distante “lá”, mas num próximo “cá”; ou na morada dos deuses.

Em sentido amplo, podemos considerar a mística nessas sociedades como sendo a ocorrência de uma incursão *do e com* o Divino dentro da vida humana. Essa incursão é vivenciada como o resgate de uma unidade originária entre o fundamento e aquilo que é fundado. No tocante às relações estabelecidas nessas sociedades, com a deficiência, amparados em leis e em costumes, se uma criança apresentasse, ao nascer, algum "defeito" que viesse a se contrapor de alguma forma ao ideal proposto, era eliminada ou abandonada sem que isso fosse considerado crime.

Na Antiguidade Clássica, em particular, Atenas, Platão, que viveu entre 428-348 a.C., ao buscar descrever sobre como deveria ser uma república perfeita, afirma: "[...] e no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer [...] Quanto às crianças doentes e as que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto" (PLATÃO *apud* SILVA, 1986, p. 124). Ainda, Aristóteles, nessa mesma linha, destinara que “nenhuma criança disforme será criada”, tratando de crianças nascidas com deformidades ou deficiências (PALACIOS, 2008, p. 37-38).

Na literatura, é possível defrontar-se com Homero, que, segundo relatos baseados na tradição e em diversos escritores antigos, era cego, mas enxergava além, fazendo descrições fidedignas, tão reais, capazes de qualquer um perceber com detalhes cenas e circunstâncias, apesar de não enxergar:

Homero era cego, segundo a tradição. Seus poemas são verdadeiros quadros: que lugares, que praias, que paragens da Grécia, que tipos de combates, que estratégias de batalhas, que manobras navais, que movimentos de homens e animais são tão fielmente retratados pelo autor, que parece nos colocar sob os olhos, o que ele mesmo não havia nunca visto! O que é, então, que faltou a esse grande gênio não mais do que a outros homens verdadeiramente sábios, para aproveitar todos os prazeres de que a alma é capaz? (CÍCERO *apud* SILVA, 1986, p. 104)

Diante dessa informação sobre Homero, autor da Odisseia, pelo texto bíblico, no mundo antigo, é possível perceber Moisés, que, segundo a tradição, é o autor do Êxodo, como pessoa com deficiência. Em Êxodo 4.10, o autor bíblico assim escreve:

Então, disse Moisés ao Senhor: ah! Senhor! Eu não sou homem eloquente, nem de ontem, nem de anteontem, nem ainda desde que tens falado ao teu servo; porque sou pesado de

boca e pesado de língua (BÍBLIA SAGRADA. Revisada Almeida. São Paulo, 1995, Êxodo 4.10).

“Pesado de boca e pesado de língua” são duas coisas distintas e é possível que Moisés tivesse gagueira /ou uma dificuldade de dicção, ainda que não necessariamente sendo uma pessoa com deficiência nas classificações atuais, mas, para época, posicionar-se-ia sob semelhante condição de diferença, que classificava e hierarquizava os indivíduos atribuindo-lhes uma condição inferior e os “pesos” sociais dessa condição humana. Sobre essas condições dadas, Deus responde a Moisés:

Porém o Senhor lhe disse: - Quem dá a boca ao ser humano? Quem faz com que ele seja surdo ou mudo? Quem dá a vista ou faz com que ele fique cego? Sou eu, Deus, o Senhor. Agora vá, pois eu o ajudarei a falar e lhe direi o que deve dizer (Bíblia de Estudo NTLH. 2005. ÊXODO 4.11-12).

Citados na narrativa bíblica, em diversas passagens, o cego, o “mudo”, o coxo, o pesado de boca e de língua, enfim, as pessoas com deficiência são tomadas agora como parte da criação de Deus em toda sua diversidade. No que se refere a Moisés, Deus o manda tirar os israelitas do Egito, grande feito “histórico, baseado na sua capacidade de Deus: “como reagir a um chamado que evidencia nossas fraquezas?”.

Talvez tenha sido por esta razão que Deus escolheu alguém com dificuldade para falar, pois isso impediria Moisés de confiar demasiadamente em si mesmo em vez de depender de Deus. O propósito de Deus é fazer com que, através do seu conhecimento, tenhamos uma visão diferente de nós mesmos, de nossas capacidades e de nossos pontos fracos. Quando atingimos a maturidade, somos capazes de identificar nossos pontos fracos, e a tendência é fugir deles [...] (WONDRACEK, 2006, p. 15).

Pode-se fazer uma leitura da deficiência como algo que demonstra a fraqueza humana, não numa perspectiva limitadora, da fragilidade ou opressiva, mas também num olhar da finitude e da própria humanidade do ser humano, atinente a todos os sujeitos da espécie. Eis uma espiritualidade que, em sua lógica fundante, tem por base textos sagrados e uma vivência ética. Esta é uma interpretação diferente e radical, que significa estar vinculado às raízes de uma Divindade; e a à deficiência como parte da pluralidade e diversidade da criação e presença do Divino.

A vida é tecida nas habilidades e limitações que todos os outros seres humanos possuem e/ou possuem de outras formas, entendendo que todos os seres humanos vivem com algum tipo de limitação e/ou com habilidades diferenciadas. Fazer todo esse entendimento é compreender a riqueza da criação e a expressão da bênção Divina em lugar do estabelecimento de limitações, pecado ou maldição.

Algumas pessoas com deficiência, que sobreviviam no modo de produção escravista e que não eram escravos nem amos, acabavam vivendo sob a proteção de um poderoso “outro”, ainda que também de sua mesma espécie. Isso passou a ocorrer, principalmente, na Roma dos Césares, em tempos mais sofisticados, onde “deficientes mentais, em geral, tratados como ‘bobos’, eram mantidos nas vilas ou nas propriedades das abastadas famílias patrícias, como protegidos do pater famílias” (SILVA, 1986, p. 130).

Na Antiguidade, em alguns lugares onde ocorria grande concentração humana, pessoas com deficiência passaram a mendigar ou simplesmente serem reificadas, tornando-se parte de espetáculos

circenses. Quando estas, em razão de sua diferença, consideradas como “não-normais”, começaram a ser utilizadas economicamente como pedintes ou enquanto seres bizarros em espetáculos, neste momento, elas passaram a ter algum valor mercantil para a sociedade da época. Esse acontecimento pode ser observado nas palavras de Durant, o qual afirma que “existia em Roma um mercado especial para compra e venda de homens sem pernas ou braços, de três olhos, gigantes, anões, hermafroditas” (DURANT *apud* SILVA, 1986, p. 130). Esses primeiros registros históricos sobre pessoas com deficiência encontram-se dispersos em diferentes escritos, desde a literatura grega, egípcia e romana até documentos religiosos. Na época, aos preceitos religiosos eram atribuídos valor legal e alguns documentos, que pregavam a exposição e a eliminação de pessoas com deficiência como formas de controle populacional (RODRIGUES; CAPELLINI, 2014).

Segundo Rodrigues e Capellini (2014), a primeira lei a mencionar os cuidados às pessoas com deficiência mental e transtornos psiquiátricos, tanto no tocante à sobrevivência como no aspecto patrimonial, foi instituída pelo rei da Inglaterra, Eduardo II, em 1325.

Na Idade Média, a “Santa Inquisição”, através de argumentos religiosos, foi também responsável pela execução de muitas pessoas com deficiência, dentre outras vítimas que eram acusadas de bruxaria. Emérico de Aragão, em 1376, escreveu o *Diretorium Inquisitorum*, que pregava a tortura, a morte na fogueira e a apreensão do patrimônio de quem fosse considerado herege. O *Malleus Maleficarum*, criado em 1482, considerava sinais de má-formação física ou mental como conexão com o demônio, levando várias pessoas com deficiências à morte na fogueira da inquisição (RODRIGUES; CAPELLINI, 2014).

A vinculação entre deficiência e forças demoníacas ou maus espíritos, que se encontra presente nos principais pensamentos teológicos ocidentais, teve origem na prática das comunidades primitivas e medievais, o que se pode constatar ao analisar alguns povos e práticas que, ainda arraigadas, parecem ter deixado legados a modelos de sociedade. Eis um tipo de espiritualidade como ordenadora de sociedades, tempos e regras morais e políticas.

## A MODERNIDADE E SEUS MODELOS DE COMPREENSÃO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O DESEJO DE CURA PARA A NORMALIZAÇÃO

O modelo baseado no misticismo, que se constituiu carregado de preconceito e compreensões a-científicas, começa a ser contestado a partir de alguns acontecimentos que se desenvolveram ainda no final da Idade Média, marcada por uma espiritualidade agostiniana. As descobertas geográficas do final da primeira metade do segundo milênio contribuíram para que, nos séculos XVI e XVII, ocorresse um gradativo aumento do mercado por produtos manufaturados, a possibilidade de maior acumulação de capitais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ampliando as condições do ser humano na luta para dominar a natureza. Isso permitiu questionar o teocentrismo e inaugurar o antropocentrismo.

Esse período de grandes transformações, que representaram o fim do feudalismo e o surgimento do modo de produção capitalista, fez com que, aos poucos, os tradicionais costumes medievais fossem perdendo força e, em seu lugar, nascesse a cultura da sociedade moderna. Para tanto, os novos donos do poder foram retirando de cena a nobreza e o clero.

Ao iniciar-se o século XV a Europa sentia falta de dinheiro, de capital. No entanto, as pessoas não sabiam bem de que precisavam para ser ricas. Terras ou dinheiro? Quem possuía terras sentia falta de dinheiro, mas quem possuía dinheiro não tinha o prestígio dos donos de

terra. Tal situação tinha uma razão de ser. Iniciava-se um período de transição. Era a Época Moderna que se anunciava no Mundo Ocidental. Todo o período compreendido entre os séculos XV e XVIII, vulgarmente chamado de Idade Moderna, caracterizou-se por uma série de transformações na estrutura da sociedade europeia ocidental (AQUINO, 1987, p. 13).

Foi nesse contexto que algumas pessoas com outro tipo de relação com a realidade de seu tempo começaram a questionar a forma pela qual os seres humanos eram obrigados a agir e pensar. Dentre esses questionamentos, encontravam-se alguns dogmas da igreja católica, que condenavam o acúmulo de riqueza e eram empecilhos para o desenvolvimento do novo modo de produção. Esse movimento, que ficou conhecido como Reforma, não entrava em contradição com o objetivo final da ação dos industriais, dos banqueiros e dos comerciantes, ou seja, o lucro; já que introduziu novos preceitos religiosos distintos daqueles predominantes na sociedade feudal, dominada pelos guerreiros e sacerdotes, onde o homem era ensinado a viver despreocupado das questões mundanas e a se dedicar às atividades que pudessem ajudá-lo na salvação (WEBER, 1967)

A cobiça era condenada pela Igreja. Mas a Igreja representava o velho [...] e agora [...], nesses novos tempos [...] a cobiça era a mola-mestra do comércio que se desenvolvia. Quem estava tomando daquele mal tinha necessariamente possibilidades de ser rico. E os nobres e burgueses endinheirados faziam construir santuários privados em que se rogava especialmente pelos mortos da própria família (DELUMEAU *apud* AQUINO, 1987, p. 87).

Passamos de uma espiritualidade em que riqueza era pecado para outra lógica em que é benção da Divindade. É bom lembrar que o ensinamento proposto aqui, ao contrário da doutrina católica que condenava, na teoria, o acúmulo de riqueza, afirmava que o homem rico era um bem-aventurado, desde que para Deus “[...] podeis trabalhar para serdes ricos para Deus, embora não para a carne e o pecado” (HUBERMAN, 1981, p. 179-180).

Essa concepção também pode ser encontrada nas palavras afirmadas por Wesley: "não devemos impedir as pessoas de serem diligentes e frugais; devemos estimular todos os cristãos a ganhar tudo o que puderem, e a economizar tudo o que puderem; ou seja, na realidade, a enriquecer" (WESLEY *apud* HUBERMAN, 1981, p. 180).

Buscando demonstrar que a teologia cristã dos reformadores estava em conformidade com a nascente ordem social. Destaca-se Calvino que, procurando dissociar o lucro do capitalista e o pecado, formulou as seguintes questões: "por que razão a renda com os negócios não deve ser maior do que a renda com a propriedade da terra? De onde vêm os lucros do comerciante, senão de sua diligência e indústria?" (CALVINO *apud* HUBERMAN, 1981, p. 180). As mudanças propostas pelos reformadores não ocorreram em todas as direções, em alguns casos, os mesmos propuseram a adoção de velhos procedimentos. Nesse sentido, Lutero, ao expressar seu pensamento e sua opinião sobre o modo de se proceder em relação às pessoas com deficiência, revela seu profundo desprezo por aqueles que pertenciam a esse segmento da sociedade, tendo inclusive encontrado oposição naquele momento. Relatos históricos, como ilustrativo no trecho a seguir disponibilizado, evidenciam as ideias do reformador:

No Século XV o Príncipe de Anhalt, na Alemanha saxônica, desafiou publicamente o reformador religioso Martinho Lutero, **não cumprindo sua ordem de afogar crianças com deficiência mental**. Lutero afirmava que estas pessoas não possuíam natureza humana e eram usadas por maus espíritos, bruxas, fadas e duendes (GUGEL, s/d. Grifos nossos).

Percebe-se aqui um choque entre a ética de Lutero e a ética de Jesus, compondo espiritualidades de fundamentos distintos, pois enquanto a primeira é contextual, a última é universal, como diz Dreher: “[...] podemos compreender que a ética de Lutero não é válida para todos os tempos, mas é ética de sobrevivência em tempo difícil. É ética no contexto do caos e do perigo, não é lei, mas adaptação à necessidade da época” (DREHER, 1996, p. 52).

O progresso científico, impulsionador e impulsionado pelo desenvolvimento econômico, político, social e cultural, verificado na sociedade moderna, começou a refletir-se em outra ética na forma de se ver, compreender e tratar as pessoas com deficiência.

Com o capitalismo, as relações humanas passaram a ser organizadas em função de um processo produtivo voltado para a acumulação de lucros. Nesse modelo, aqueles que não se ajustam à lógica do sistema de exploração passam a ser considerados como perturbadores da ordem social. Dentre estes, encontram-se as pessoas com deficiência, as quais, juntamente com outros “divergentes”, passaram a ser internadas em asilos, manicômios, hospícios, etc. “O que ocorreu, na verdade, foi o isolamento daqueles que interferiam e atrapalhavam o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na homogeneização e na racionalização” (BUENO, 1993, p. 63).

Nesse contexto, a despeito de equívocos e incompreensões também motivadas pelo não-conhecimento e/ou por impossibilidade da ciência desses períodos históricos, entra em cena o modelo biomédico, o qual forneceu, à época, os primeiros pressupostos científicos para a educação das pessoas com deficiência. Nesse âmbito, as deficiências foram compreendidas causa-culpa individual, característica exclusiva de seu portador e de suas limitações (teoria da tragédia pessoal), traduzidas nas palavras: incapacidade, diagnóstico, medicalização e institucionalização. A lógica do modelo médico disseminou as ideias de normalidade e anormalidade, como discurso jurídico, médico e político (FOUCAULT, 2010), considerando a deficiência como doença, assim, conseqüentemente, passível de tratamento médico e de reabilitação, cujo ponto de partida seria o assistencialismo.-

Hoje, referido modelo médico, no plano teórico, foi superado pelo modelo social de compreensão da deficiência. Assim, “[...] foi posta a ciência, no lugar do preconceito, a experiência e o estudo” (VIGOTSKI, 1997, p. 76). Progressivamente, os pressupostos científicos para a educação das pessoas com deficiência, passam a ser estendidos àqueles que pertenciam às camadas populares.

No que se refere ao surgimento das primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência, percebemos que quase sempre elas são o resultado do esforço da moderna sociedade em oferecer educação escolar a esse segmento: “correspondeu ao ideal liberal de extensão das oportunidades educacionais para todos”, [...], todavia, “respondeu também ao processo de exclusão do meio social daqueles que podiam interferir na ordem necessária ao desenvolvimento da nova forma de organização social” (BUENO, 1993, p. 64).

Isso passou a ocorrer na medida em que essas instituições não desenvolveram caráter educativo e se transformaram em espaço de isolamento daquelas pessoas com deficiência pertencentes às classes exploradas, obrigados à internação e ao “[...] trabalho forçado, manual e tedioso, parcamente remunerado [...]” (BUENO, 1993, p. 69).

## DO SÉCULO XX ATÉ OS DIAS ATUAIS: A EMERGÊNCIA DO MODELO SOCIAL E DO PARADIGMA DOS DIREITOS HUMANOS

Por volta de meados do século XX, o paradigma da institucionalização passou a ser criticamente estudado e denunciado como sendo uma prática que violava os direitos dos seres humanos, segregacionista e excludente. A crítica estava inscrita dentro de um contexto marcado pelo cresci-



mento da luta pelos direitos humanos das chamadas minorias sociais. Isso levou ao estabelecimento do modelo da integração (gerador de práticas e políticas sociais e educacionais que ordenavam o modelo do sistema de ensino), ou seja, pautada em outra espiritualidade.

Em sintonia com esse modelo integracionista, que não mexeu nos valores da sociedade, não rompeu com a segregação, muito menos produziu novas compreensões e modos de atuação social, produziu-se a ideia de que o principal problema era da própria pessoa com deficiência. A noção integrativa criou os contextos da escola especial, por exemplo, que separa os alunos em categorias muito nítidas: os “normais” e os “deficientes”, condicionando o lugar e o papel do estudante, além das expectativas quanto a sua aprendizagem, limitando seu desenvolvimento. Esse modelo está embasado na oferta de serviços, buscando normalizar as pessoas com deficiência, cuja lógica amparava: [...] a necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de forma que esta pudesse vir a se assemelhar, o mais possível, aos demais cidadãos, para então poder ser inserida, integrada, ao convívio em sociedade (BRASIL, 2000, p. 16).

Os serviços para tentar “normalizar” pessoas cegas, surdas e outras pessoas com deficiência, seja física ou intelectual, efetivaram-se nas escolas especiais, nas entidades assistenciais e nos centros de reabilitação. Esse paradigma, ou essa espiritualidade, assim como compreendemos nesse texto, logo começou a receber críticas, tanto de setores acadêmicos quanto dos próprios sujeitos de direito (as pessoas com deficiência e seus familiares), agora já organizadas em associações e outros órgãos de representação. Essas críticas assentam-se no pressuposto de que: "Diferenças, na realidade, não se ‘apagam’, mas sim, são administradas na convivência social" (BRASIL, 2000, p. 17).

A Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência (2005, p. 9), oferece também uma contribuição nesse sentido, pondo-se em sintonia com referenciais teóricos e legislações recentes, que igualmente se posiciona contributivamente na construção dessa espiritualidade, quando afirma:

Provavelmente nós todos já experimentamos limitações, seja no modo como nos movemos, sentimos, pensamos ou percebemos o mundo. Devido aos nossos impedimentos e consequentes deficiências, temos sido marginalizados através de atitudes, ações e barreiras na sociedade. Em muitas sociedades, pessoas com deficiência têm se organizado em fortes grupos de pressão que lutam contra este tipo de marginalização e em favor de direitos e de independência para as pessoas com deficiência [...].

Historicamente a atitude de rejeição à diferença, ainda manifestada em relação às pessoas com deficiência encerra, a princípio, a ideia de indivíduo padrão, criado para diferenciar o “normal” do “anormal”. Esse foi o mecanismo para identificar e classificar os indivíduos desviantes desse modelo de homem “ideal”; uma “invenção” da modernidade (FOUCAULT, 1996). Compreensões dessa ordem trazem o ranço da segregação: produz-se, então, a institucionalização da diferença! (LUSTOSA, 2009).

Destacamos que a compreensão do discurso sobre a deficiência, historicamente, edificou-se, em particular, no aspecto caracterizado na divergência, no “desvio” percebido em relação a um padrão social de suposta normalidade. Autores como Marques (1999), Lustosa (2002; 2009), dentre outros, atribuem que esse *status* encerra a dificuldade coletiva em lidar com a deficiência, ou seja, são resquícios da mentalidade coletiva de uma sociedade historicamente sectária, segregante e opressora.

Queremos fazer menção aqui a três formações ideológicas, em particular, que se expressam para o entendimento social sobre a deficiência. Uma delas, e a que particularmente interessa fazer

aproximação nesse caso, é a fundada no paradigma da exclusão. Como evoca Marques (1999), a sociedade atribui às pessoas com deficiência a condição de incapazes, defeituosos ou doentes.

O conceito de estigma de Goffman (1988) também pode apoiar a reflexão, quando pensado que a marca da deficiência (ainda!) deturpa as configurações imaginárias, tornando visíveis as deformações nos entendimentos (como fazia referência originariamente o termo desde a Grécia, onde os sinais ou evidências corporais depreciavam quem os apresentava).

Em contribuição ao debate da formação de outras concepções e paradigmas sobre as pessoas com deficiência, como sujeito de direitos e de potencialidades, é preciso atentar para as formas de produção dos discursos sociais. A Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência tece distintas indagações-provocações, que se apresentam como lúcidas e pertinentes nesse momento:

A deficiência é realmente algo que, de fato, mostra a fraqueza da vida humana? É esta uma interpretação limitadora e opressiva? Não seria melhor adotar uma interpretação diferente e mais radical? A deficiência é realmente algo limitador? Enfatizar a deficiência como sendo uma perda é adequado, apesar de ser um estágio de uma jornada assumida pelas próprias pessoas com deficiência? A linguagem da diversidade não seria mais adequada? Viver com uma deficiência é viver com habilidades e limitações que outras pessoas não possuem? Todos os seres humanos vivem com limitações (REDE ECUMÊNICA EM DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2005, p. 13).

Por isso, uma referência importante nesse momento é a recorrência aos princípios que regem o mundo dos discursos descritos por Foucault (1996), com o intuito de desvelarmos o que está subjacente a eles, bem como aquilo que os ultrapassa. Dentre os princípios que regem a dinâmica destes, em especial, aqui se faz enunciar o princípio da descontinuidade, ao compreender que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p. 52).

É na lógica desse engendramento discursivo que amparamos a perspectiva ontológica e dialética de se analisar esse lugar de sujeito, que foi e é socialmente construído e que se transforma a cada dia, em um processo de implicações mútuas da relação do homem com o mundo, na construção do real (KOSIK, 2002).

Como resultado dessas críticas, vem sendo gestado, na atualidade, o paradigma da inclusão social e educacional de todos os sujeitos, amparado na compreensão da diversidade e da diferença como marca da humanidade, os quais começam a ganhar espaço, novos entendimentos: a compreensão do modelo social da deficiência; ou seja, o paradigma inclusivo é em si essa nova espiritualidade posta à sociedade. Visto dessa forma, os princípios para o desenvolvimento das pessoas com deficiência são os mesmos aplicados aos demais seres humanos, ou seja, a palavra de ordem é a oferta das mesmas oportunidades e do favorecimento das interações sociais, de mediação e de suportes. E, nessa perspectiva, não é a pessoa que deve se ajustar ao meio social, mas é a sociedade que deve garantir os suportes necessários para que todos possam usufruir da vida em comunidade.

No que se refere ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano, esta abordagem afirma que “o processo principal que caracteriza o desenvolvimento psíquico de uma pessoa é um processo específico de apropriação das aquisições do desenvolvimento das gerações humanas precedentes” (LEONTIEV, 1978, p. 323). Mas estes conhecimentos não se fixam morfológicamente e não se transmitem por hereditariedade. Sendo assim, o ser humano não deve ser pensado como um indivíduo isolado, mas como alguém que possui um desenvolvimento relacionado a múltiplos

fatores, os quais são também influenciados por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, presentes e combinados ao longo do processo histórico; são nas relações sociais estabelecidas pelos grupos e nas trocas entre os indivíduos que residem as condições que propiciam o desenvolvimento humano. Portanto, é necessário buscar a compensação da deficiência nas aprendizagens dos conceitos coletivos, possibilitados pela convivência com outros indivíduos sem deficiência, principalmente porque isso permite a atuação na zona de desenvolvimento proximal ou eminente (ZPD), importante conceito elaborado por Vygotsky (1997; 1998).

Diante desse argumento, o ponto de partida a respeito da educação das pessoas com deficiência deve estar assentado no pressuposto de que a deficiência "[...] por si só não decide o destino da personalidade, senão as consequências sociais e sua realização sociopsicológica" (VIGOTSKI, 1997, p. 29).

No que se refere ao desenvolvimento e ao processo de ensino-aprendizagem, as contribuições de Vigotski são importantes. Para ele, o ser humano nasce apenas com recursos biológicos, mas com a convivência social, com seus valores e sua cultura, esses recursos concretizam o processo de humanização, essencialmente possível por meio do processo ensino-aprendizagem. Tem-se aqui o duplo nascimento: um biológico e outro cultural. O processo relacional entre ambos possibilita o desenvolvimento e a apropriação do conhecimento historicamente produzido.

Esse duplo nascimento ocorre; impulsionado pelo conflito entre os limites impostos pelas necessidades das pessoas com deficiência e as necessidades advindas do meio social. Para tanto, é indispensável à plena participação social da pessoa com deficiência, pois:

Ao entrar em contato com o meio externo, surge o conflito provocado pela falta de correspondência do órgão, a função deficiente, com suas tarefas, o que conduz a que exista uma possibilidade elevada para a morbidade e a mortalidade. Este conflito origina grandes possibilidades e estímulos para a super-compensação. O defeito se converte, desta maneira, no ponto de partida e na força motriz principal do desenvolvimento psíquico da personalidade. Se a luta conclui com a vitória para o organismo, então, não somente vencem as dificuldades originadas pelo defeito, senão se eleva em seu próprio desenvolvimento a um nível superior, criando do defeito uma capacidade (VIGOTSKI, 1997, p. 77-78).

A partir desses pressupostos, a manutenção de pessoas com deficiência em ambientes segregados reforça sua necessidade e não gera a força impulsionadora do desenvolvimento e da vida. Para evitar tal ocorrência, essa pessoa deve ser educada em sociedade e para a sociedade, indo além, na vida e para a vida.

Na atualidade, vive-se um momento de transição de paradigma, ou seja, nos referenciais de espiritualidade, no qual se busca garantir melhores condições de vida e de educação para as pessoas com deficiência. Essa ebulição das ideias inclusivas propõe a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes físicos e na mentalidade do ser humano no que se refere indistintamente a todas as pessoas, assim como das pessoas com deficiência.

## PARA NÃO CONCLUIR...

O abalo nos alicerces da modernidade, ou seja, a contestação da racionalidade, das certezas, da ciência positiva, bem como dos paradigmas universais, trouxe o ser humano para um novo momento histórico, caracterizado primordialmente pela refutação ao anterior. Neste mundo pós-mo-

derno, as afirmações definitivas e absolutas não acham guarida. Vive-se num imenso complexo de possibilidades, na defesa intransigente de que todos possam gozar do mesmo espaço, das mesmas oportunidades sociais.

Trata-se da constituição de uma nova espiritualidade no mundo, que se baseia na pluralidade e no respeito às diferenças, em âmbito social e educacional, na compreensão da deficiência e dos sujeitos que manifestam essa condição como reflexo da diversidade humana. Faz-se urgente reconhecermos que todos são diferentes entre si, não existindo ninguém igual ao outro. Neste viés, falar em inclusão social e educacional é simplesmente falar em respeito à diversidade, ou seja, em respeito à diferença, conseqüentemente, em igualdade de direitos. Diante dos argumentos aqui tecidos, como ato amoroso (FREIRE, 2006), todos os seres humanos são convidados a derrubar os muros que nos separam da justiça social. Essa atitude está presente em várias místicas: [...] “é preciso humildemente deixar-se surpreender” (KUPKA, 2008, p. 165), ou como nos alertou Freire (2006) “[...] é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”. Aqui, emerge um movimento pedagógico-teológico importante!

Ao viver eticamente, e para a Divindade inexistente outra possibilidade de se escolher o viver, ouve-se e entende-se o imperativo categórico: o dever absoluto de ser livre e construtor de um mundo melhor e equânime. A existência ética da humanidade contemporânea requer ser vivida em uma espiritualidade concreta, experienciada...

Ao considerar essas questões, Amartya Sen (2007, p. 105) defende que: “O desenvolvimento [das sociedades] consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer sua condição de gente”.

É preciso superar as privações de liberdade e de dignidade humanas. Do ponto de vista teológico, Deus liberta o ser humano para o compromisso comunitário. Essa nova espiritualidade em curso-vinculada a uma mística societária.

As limitações, as diferenças e as potencialidades distintas, em nível e intensidade, constituem parte integrante da condição humana.

A espiritualidade, na perspectiva do que aqui se defende, pronuncia-se no sentido de afirmar ao tratar a vida em uma perspectiva hermenêutica, após ter excursionado em torno dos recortes histórico-temporais das relações entre pessoas com deficiência e a espiritualidade na cultura judaico-cristã posta em diálogo com a trajetória dos paradigmas sociais, pode-se perceber que, tanto mediante o texto bíblico, quanto da mitologia greco-romana, encontra-se nítido os estigmas reportados à pessoa com deficiência apontando-a como ou pecadora ou impura, portadora de um mal ou endemoniada, devendo ser, portanto, punida e mantida afastada do convívio social.

Se o medo do contato com o diferente, com a pessoa com deficiência, possui repercussões sociais excludentes e pode remeter a textos fundantes da humanidade, decifrar sua simbologia pode levar a uma melhor compreensão das atitudes humanas, por corresponderem às narrativas de questões existencialmente significativas, por revelarem conteúdos muitas vezes inconscientes e por representarem, ao mesmo tempo, interpretações das realidades sociais.

Nesse sentido, o humano rico por sua diversidade, criados todos à imagem e semelhança da Divindade, deve trabalhar em função da construção de um mundo sem desigualdade de qualquer espécie, uma vez que, para todas as Místicas, Religiões e Divindades, a tarefa terrena seria reproduzir aqui as mesmas condições de vida do céu – sociedade justa e livre de preconceitos, onde todos são iguais.

Essa é a nova realidade ética, legal e pedagógica que se projeta na sociedade, justificada pelo preceito democrático de justiça e igualdade de direitos e de oportunidades a todos os indivíduos.

Como decorrência desse entendimento, conceitos, antes “absolutizados”, são questionados e um movimento social, cada vez mais ascendente, luta por direitos iguais, respeito às diferenças e às pluralidades humanas. Esse movimento demanda novas exigências sociais e um novo modelo de atuação dos sujeitos em suas interações e apropriações do mundo. Como necessidade, essa compreensão requer que abramos espaços em nossas mentes para que penetre a ideia de pensarmos; e, principalmente, olharmos o mundo e as diversidades culturais, étnicas, intelectuais, religiosas, artísticas, de gênero, com outros olhos, o que implica, para tanto, (des)construir antigas práticas sociais, valores, concepções e crenças. Com efeito, emerge a busca por uma nova hermenêutica da Espiritualidade!

#### SPIRITUALITY AND CONCEPTIONS ABOUT PEOPLE WITH DISABILITIES: TEMPORARY CUTTINGS \*

*Abstract: the reflection in focus problematizes, retrospectively, the conceptual construction and reconstruction established between spirituality, religion and mystique, understanding these concepts are part of the constitution of the history of humanity, also relating the understandings and ways of perceiving people with disability, as well as some legal apparatus and conceptual approaches and academic studies that contribute to a reflection on the arguments in defense of the inclusion of people with disabilities in the social and educational environment. Bibliographic research was the path followed, working with different areas of knowledge, and the category of analysis adopted for reading and interpreting information was the analysis of discursive practices that permeate the interpretative repertoires used in certain times and their social practices (SPINK, 1999; FOUCAULT, 1996). After touring the historical and temporal aspects of the relationship between people with disabilities and spirituality in Judeo-Christian culture, put in dialogue with the trajectory of social paradigms, it can be seen that the stigmas reported to people with disabilities are clear, tainting her as sinner or impure, and should be punished / removed from social life. The inclusive paradigm, a construction of contemporary society, requires a new hermeneutics of Spirituality!*

Keywords: *Spirituality. Disabled people. Inclusion.*

#### Notas

- 1 Desmond Tutu é um dos mais conhecidos ativistas dos direitos humanos da África do Sul que ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1984 pelos seus esforços em resolver e acabar com o *Apartheid*. Nascido em 1931 em Klerksdorp, África do Sul, primeiro foi professor, posteriormente, estudou teologia, tendo-se tornado o primeiro arcebispo anglicano negro da Cidade do Cabo e Joanesburgo. No seu trabalho dos direitos humanos, Tutu formulou o seu objectivo como ‘uma sociedade democrática e justa sem divisões raciais’, e estabeleceu exigências para a realização disto, incluindo direitos civis iguais para todos, um sistema comum de educação e o fim da deportação forçada. “Não estou interessado em apanhar as migalhas de compaixão caídas da mesa de alguém que se considera meu mestre. Eu quero o menu completo de direitos” (DESMOND, TUTU). Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/voices-for-human-rights/desmond-tutu.html>. Acesso em: 22 set. 2019.
- 2 Muitos autores possuem opiniões diversas sobre a seleção natural. Há compreensões de que a seleção natural exerceu uma influência na evolução do homem arcaico e na formação dos grupos sociais. A humanidade, no início da sua história, encontrava-se nas fases primitivas do progresso social e sua cultura era bastante rudimentar. Nessas condições, as sociedades humanas eram influenciadas pela seleção natural, mesmo sabendo que a seleção não era um fator principal e sim secundário da evolução.
- 3 ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 267.
- 4 “Escreveu os belos poemas de Ilíada e Odisseia. Em Ilíada Homero criou o personagem de Hefesto, o

ferreiro divino. Seguindo os parâmetros da mitologia, Hefesto ao nascer é rejeitado pela mãe Hera por ter uma das pernas atrofiadas. Zeus em sua ira o atira fora do Olimpo. Em Lemnos, na Terra entre os homens, Hefesto compensou sua deficiência física e mostrou suas altas habilidades em metalurgia e artes manuais, tendo inclusive casado com Afrodite”. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em: 18 set. 2011.

- 5 A NTLH, em lugar de “pesado de boca e pesado de língua” coloca “... nunca tive facilidade para falar...”. Bíblia de Estudo NTLH. 2005.
- 6 Termo atualmente atualizado para pessoa com deficiência intelectual.
- 7 Reificar é uma daquelas palavras cujo significado é diametralmente oposto ao que o senso comum indica. Reificar é a característica de ser uma coisa. Portanto, a reificação de uma pessoa não é dar-lhe o status de rei. Muito pelo contrário. É tirar-lhe a condição de ser humano, transformando-a em objeto. Os escravos, para serem juridicamente considerados como tal, eram reificados, transformados em coisas. Somente com essa condição é que podiam ser livremente comprados e vendidos.
- 8 Como por exemplo o Talmude e o Corão (RODRIGUES; CAPELLINI, 2014).
- 9 Surge, então, a distinção entre deficiência mental e doença mental. A primeira entendida como “loucura natural”, pessoas que sofriam de idiotia permanente e a segunda compreendida como “lunática”, que padeciam de alterações psiquiátricas transitórias. O próprio rei era responsável por esses cuidados e, em contrapartida, herdava os bens destes indivíduos (RODRIGUES; CAPELLINI, 2014).
- 10 Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em: 22 set. 2019.
- 11 Com base nesses pressupostos que se organizam na França, na segunda metade do século XVIII, as primeiras instituições voltadas para a educação de cegos, onde em 1780 foi criado o “Hospice des Quinze-Vingts”. Esta organização inicialmente dependia do Ministério do Interior, mas funcionando, posteriormente, com recursos próprios (SILVA, 1986, p. 255). No Brasil, a trajetória da Educação Especial é dividida em três grandes períodos (MANTOAN, 2013): o 1º período decorre de 1854 a 1956. Inicia-se com a criação, durante o Segundo Império, do Instituto dos Meninos Cegos (atualmente o Instituto Benjamim Constant), no Rio de Janeiro, por Dom Pedro II e, dois anos depois, em 1856, do Instituto dos Surdos-Mudos (atual I.N.E.S - Instituto Nacional de Educação de Surdos). Esse período se estende até 1956, com ações isoladas de atendimento ou entregue a um não expressivo número de instituições filantrópicas ou de caráter privado. No final do Império e começo da República, havia no país seis instituições que atendiam “deficientes” físicos, auditivos e visuais. Uma segunda fase dessa constituição histórica (2º período, de 1957 a 1990) pode ser delimitada pelo marco da oficialização do atendimento escolar, em âmbito nacional pelo poder público. Têm-se, portanto, como exemplo desse período, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's), criadas a partir da década de 60 e, posteriormente, demais iniciativas com finalidades semelhantes para atender outras deficiências, cada uma em instituições específicas.
- 12 Destacamos que a noção de integração - marco histórico do final da década de 1960-1970, internacionalmente consubstanciada em seu auge, nos anos de 1980, no Brasil – é cooptada pelas políticas públicas brasileiras: defender ideias de integração dos sujeitos passou a ser atitude politicamente correta (oficializada pelo Decreto nº 914/93). No plano da legislação, temos também no ano de 1999, o Decreto 3.298/99, versando sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A materialização dessas compreensões influenciará diretamente as políticas públicas de educação da época, que, mesmo vivenciando ainda o sistema escolar paralelo, tinham agora, sob a influência dos discursos emergentes em defesa dos direitos de integração social dos sujeitos, os primeiros ecos de transposição para a prática escolar. Sob tal estruturação se edifica o modelo de Educação Especial no Brasil, erigido nos interstícios do assistencialismo, da medicalização e da segregação, constituindo-se em um sistema paralelo de ensino, substitutivo à escolarização regular destinada às outras crianças consideradas normais. O Sistema de Ensino Especial se perfila, durante décadas, em um apêndice socioeducativo, destinado, em exclusivo, às crianças e jovens com deficiência, até ser abalado pelas concepções do Paradigma Inclusivo, orientação que data os primórdios dos anos de 1990 em diante, conceitualmente constituído em oposição às políticas de integração vigentes à época. A integração, que buscava a normalização e enquadramento dos sujeitos em um ideal único, aplicável para todos, não contemplou questionamentos nem mudanças mais radicais/profundas no sistema social, educativo, político.
- 13 As outras duas formações ideológicas identificadas por Marques (2001) caracterizam-se: uma é aquela cuja particularidade é o confronto entre o discurso dominante da exclusão e o construído a partir da voz

dos próprios sujeitos com deficiência e/ou de pessoas com eles envolvidas na luta pelo reconhecimento da diferença como condição existencial possível; e a outra, sucede pelo princípio da inclusão, que tem como característica maior a diversidade da existência humana. É interessante lembrar o fato de ser nessa formação discursiva paradigmática da inclusão que está situado o objeto de análise deste estudo e em torno do qual circundam todas as demais questões discutidas nesse texto.

- 14 Foucault (1996) confere aos discursos alguns princípios que o regem. São eles: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade.
- 15 Vários dispositivos legais, internacionais e nacionais; afirmam-se no modelo social de deficiência, a exemplo: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Convenção da ONU, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), cujos postulados; afastam-se do modelo bio-médico das incapacidades e dos *déficits*; e dispõe acerca da necessidade de adaptação da sociedade às pessoas com deficiência, afirmando um novo olhar para essas pessoas como sujeitos de direitos, garantia de inclusão social e de efetivação da não discriminação e da igualdade de oportunidades.

## Referências

- AQUINO, Rubim Santos Leão. *História das Sociedades*. Das sociedades Modernas às Sociedades Atuais. Rubim Santos leão de Aquino... 36. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- BÍBLIA DE ESTUDO NTLH. Barueri, São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil. 2005.
- BÍBLIA DE ESTUDO NVI. Nova Versão Internacional. Organizador Geral Kennet Barker. Co-organizadores Donald Burdick (et al.). São Paulo: Editora Vida, 2003.
- BÍBLIA SAGRADA. Revisada Almeida. São Paulo, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Série Amarela, *Projeto Escola Viva*, Visão Histórica, Brasília 2000. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – ONU*. Disponível em: <http://www.sedese.mg.gov.br/index.php/caade-deficiencia-pessoas.html>. Acesso em: 16 abr. 2010.
- DREHER, Martin. Coleção História da Igreja – *A Igreja no Império Romano*. Vol. 02. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1993.
- DREHER, Martin. Coleção História da Igreja – *A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma*. Vol. 03. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- FARIA, Caroline. Rosa Parks. Disponível em <http://www.infoescola.com/biografias/rosa-parks/>. Acesso em: 17 set. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Vozes, 1996.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 7. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GAI, Daniele Noal; NAUJORKS, Maria Inês. Inclusão: contribuições da teoria sociointeracionista à inclusão escolar de pessoas com deficiência. *Educação*, v. 31, n. 2, jul./dez., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1577>. Acesso em: 18 set. 2011.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- KUPKA, Cláudio. Espiritualidade na música pop: uma abordagem a partir da experiência da banda U2. In: HOCH, Lothar Carlos; HEIMANN, Thomas (orgs.). *Aconselhamento pastoral e espiritualidade*. São Leopoldo/EST: Sinodal, 2008.
- LEONTIEV, Aléxis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LUSTOSA, Francisca Geny. *Concepções de deficiência mental e prática pedagógica: contexto que nega e evidencia a diversidade*. 2002. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- LUSTOSA, Francisca Geny. *Inclusão, o olhar que ensina: o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa*. 2009. 262 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- MARQUES, Carlos Alberto. *A estetização do espaço: perspectivas de inserção ou exclusão da pessoa portadora de deficiência*. Educação em foco. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.
- PALACIOS, Agustina. *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*. Madrid: Comité Español de Personas con Discapacidad y Ediciones Cinca, 2008. p. 37-38.
- REDE ECUMÊNICA EM DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Uma igreja de todos e para todos: uma declaração teológica provisória*. Tradução de Iara Muller e Wener Ewald. São Paulo: Aste, 2005.
- RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/01 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 17 mar. 2006.
- SANTANA, Ana Lúcia. *Pecados*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/religiao/pecado/>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do CES nº135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, jan. 1999.
- SANTOS, Hugo N. *Saúde e ética na ação pastoral de Jesus*. Aconselhamento Pastoral e Espiritualidade. Anais do VI Simpósio de Aconselhamento e Psicologia pastoral. Organizado por Lothar Carlos Hock e Thomas Heimann. São Leopoldo – Rio Grande do Sul. EST/Sinodal. 2008.
- SILVA, Otto Marques da. *A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: Ed. CEDAS, 1986.
- SILVEIRA BUENO, José Geraldo. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.
- SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- VIGOTSKI, Lev. Fundamentos de Defectologia. In: Obras completas. Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.
- VIGOTSKI, Lev. *A formação social da mente*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKY, Leontiev. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Icone, 1989.
- WALLON, Henri. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.
- WANDERLEY, Mariângela B.; WANDERLEY, Luiz E. *O social e a pobreza: visões e caminhos*. Religião & Cultura, v. 12, n. VI, 2007.



WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1967.

WONDRACEK, Karin Hellen Kepler. *Caminhos da graça: identidade, crescimento e direção nos textos bíblicos*. Viçosa – Minas gerais: Ultimato, 2006.